



MUNDO
ACADÊMICO

ISSN 1984-7564

MUNDO ACADÊMICO

Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – UNISAM
v. 3 n. 6 julho/dezembro – 2011 - Semestral

Diretor Geral

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

Coordenadora Acadêmica

Eliene Maria Gava Ferrão

Coordenadora Financeiro

Célia Maria Pertel

Sub-Coordenadora Acadêmica

Elen Karla Trés

Coordenadores de Curso

Administração

Sandrelia Cerutti Carminati

Análise Desenvolvimento de Sistemas

Temistocles Alves Rocha

Engenharia de Produção Mecânica/Engenharia Civil

Allan Costa Jardim

Pedagogia

Iosana Aparecida Recla de Jesus

Petróleo e Gás

Elen Karla Trés

Serviço Social

Ana Paula Peçanha

Bibliotecária

Olivia Dombi de Deus

Presidente da Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão

Comissão Editorial

Elen Karla Trés

Iosana Aparecida Recla de Jesus

Eliene Maria Gava Ferrão

Sandrelia Cerutti Carminati

Tereza Barbosa Rocha

Endereço para correspondência

Rod. Othovarino Duarte, s/nº, Bairro Park Washington,

São Mateus-ES, CEP.: 29930-000

e-mail: oliviad@unisam.edu.br

Capa

Alex Cavalini Pereira

M965 Mundo Acadêmico / Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – v.3, n.6,
2011 – São Mateus:UNISAM, 2011.

Semestral
ISSN 1984-7564

1. Pesquisa acadêmica – periódicos. 2. Gestão. 3. Exatas. I. Faculdade
Norte Capixaba de São Mateus

CDD 001.891
CDU: 001.891(05)

EDITORIAL

A revista científica Mundo acadêmico é uma iniciativa da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus que possibilita a divulgação de artigos e resumos de contribuições relevantes para a comunidade científica das diversas áreas de estudo que abrange a Instituição. Portanto, trata-se de um veículo de publicação acadêmica semestral, cujo público-alvo são professores e alunos de graduação e pós-graduação.

Diante disso, a Instituição almeja que a revista científica Mundo Acadêmico contribua para o fomento contínuo da prática da investigação, e promova o crescimento educacional.

MUNDO ACADÊMICO

SUMÁRIO

ARTIGOS

Capital Intelectual nas Organizações na era do conhecimento	07
Annecleide Ferreira de Souza Keila Fagundes Bitti Luciano Delabella Maria da Ajuda Boroto Merlin	
O cuidado em saúde mental e atuação do assistente social no centro de atenção psicossocial	14
Arléia Oiveira Casteberg Cristiane da Fonseca Bronzoni Lucilene Oliveira Cremonine Siara Castro da Silva	
A escola e a reprodução social de classes	23
Carina Sabadim Veloso Elen Karla Trés	
O estresse dos profissionais e a qualidade do atendimento no Hospital Estadual Roberto Arnizout Silvaes na cidade de São Mateus (ES)	27
Crisdarli Araujo Jesus Cristiane da Fonseca Bronzoni Emanuele Gongo Soares Ralf Barros Dos Santos	
Resenha: A Boniteza de um sonho	35
Lorena Sodré Rosa Maria Castro Moraes	
Gestão Democrática da Educação	41
Sueli Maria Rodrigues Barbosa	

CAPITAL INTELECTUAL NAS ORGANIZAÇÕES NA ERA DO CONHECIMENTO

Annecleide Ferreira de Souza¹
Keila Fagundes Bitti²;
Luciano Delabella³;
Maria da Ajuda Boroto Merlin⁴

RESUMO

O capital intelectual tem se tornado o principal recurso para o contínuo desenvolvimento das organizações. Em função das mudanças tecnológicas, econômicas, políticas e sociais, a sociedade tem buscado conhecimentos e novos valores que estão fazendo parte dessa nova fase global. A sociedade está percebendo, através das mudanças, que para sobreviver no mercado competitivo é preciso participar de todo processo evolutivo, buscando estar devidamente qualificado e proporcionar melhores resultados a essa nova estrutura organizacional que tem privilegiado o capital intelectual. O artigo apresenta conceitos, características e considerações sobre a importância do capital intelectual e seus benefícios para as organizações na era do conhecimento.

Palavras-Chave: Indivíduos; valores; mudanças; intangíveis; goodwill.

ABSTRACT

The intellectual capital has become the main source to the continuous development of organization. Because of the technological, economic, politic and social changes, the society is in searching of new knowledge and new values that make part of the new global stage. Through the changes, the society has realized that it's necessary to participate the whole development process to survive in the competitive market, being so qualified to offer the best results to this new organizational structure that has privileged the intellectual capital. The article presents concepts, characteristics and considerations about the importance of intellectual capital and its benefits to the organization in the knowledge age.

Keywords: Individual, Values, Changes, Untouched, Goodwill.

¹ Graduada em Ciências Contábeis, UNIVEN, Pós Graduada em Gestão Empresarial, UNIVEN, e Pós Graduada em Didática do Ensino Superior, UNIVEN.

² Graduada em Ciências Contábeis, UNIVEN, Pós Graduada em Gestão Empresarial, UNIVEN, e Pós Graduada em Didática do Ensino Superior, UNIVEN.

³ Graduado em Ciências Contábeis, UNIVEN, Pós Graduado em Gestão Empresarial, UNIVEN, e Pós Graduado em Didática do Ensino Superior, UNIVEN, Professor da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus..

⁴ Graduada em Ciências Contábeis e Administração Geral, Pós Graduada em Gestão Empresarial, UNIVEN.

1 INTRODUÇÃO

Diante de um mundo globalizado, temos uma sociedade que anseia por conhecimentos através de uma constante, por ser de imperiosa necessidade para a obtenção de resultados satisfatórios nos empreendimentos, tanto pessoais quanto profissionais. As organizações, na busca da solidificação para que possam se perpetuar em suas atividades, deparam com a necessidade de possuírem cada vez mais e melhor o capital que só é formado através do conhecimento, é o chamado capital intelectual. Ao detentor deste poderoso demarcador de mercado cabe a utilização de forma proveitosa para que possa estar no âmbito do mercado internacional e expor o seu diferencial, já que a moeda poderosa deste século é o conhecimento, que se obtém por meio da busca contínua em aperfeiçoar o que já foi adquirido e enveredar-se por caminhos até o momento desconhecidos, através da pesquisa.

Em todas as regiões, o capital intelectual é responsável pelos resultados obtidos por uma sociedade que através do mesmo tem a possibilidade de transformar a realidade local de modo proveitoso para os indivíduos. Esse Capital não possui origem financeira, entretanto a sua utilização conduz a resultados financeiros que são revertidos em benefícios para a humanidade, atendendo desde as necessidades primárias a secundárias.

Esse diferencial, denominado de capital intelectual, vem agregar valor aos produtos e ou serviços, valorizar o ser humano e, conseqüentemente, as entidades, mediante a ampliação do conhecimento humano. Como “a Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões” (MARION, 2003, p. 23), é de suma importância seu engajamento nesse processo de mudanças para, através de seus relatórios, evidenciar o verdadeiro valor de uma empresa, pois, sabe-se que as formas de informações e os tipos de usuários têm mudado substancialmente. A Contabilidade tradicional tem tido dificuldades para fornecer informações qualificadas e diferenciadas condizentes com a realidade das empresas. Essas mudanças têm ocorrido em função da tecnologia da informação e das telecomunicações, onde novos mercados e serviços têm sido criados, surgindo um novo cenário, a era da informação.

Assim, o objetivo desse trabalho é o de apresentar o conceito do Capital Intelectual e identificar sua importância e seus benefícios para as empresas num mercado competitivo.

2 SOCIEDADE BASEADA NO CONHECIMENTO

Atualmente, vivemos num mundo em que o recurso fundamental para a economia global é o capital humano, cujos serviços são baseados em conhecimentos. Já há algum tempo a sociedade tem vivenciado mudanças e transformações que, gradativamente, vem alterando a estrutura e os valores da sociedade, que está reconhecendo de fato, que as pessoas, seus conhecimentos e habilidades mentais passaram a ser a principal base da nova organização, sendo que a necessidade da aplicação adequada em tempo hábil desse conhecimento tornou-se vital para a sobrevivência das organizações nesse mercado competitivo.

Referindo-se às mudanças da nova sociedade em relação às organizações Lévy e Authier (1995 apud ANTUNES, 2000, p.25) comentam que, "Os revolucionários da Antiguidade preconizavam a reforma agrária e a partilha de terras. Os da era industrial visavam a propriedade dos meios de produção. Hoje, é sobre o conhecimento que repousam a riqueza das nações e a força das empresas".

Assim, notamos a importância de aceitarmos o conhecimento como o novo fator de produção, até mais relevante do que os fatores conhecidos até então – terra, capital e trabalho. O conhecimento veio para substituir os outros recursos e seu controle através dos meios de comunicação tem sido uma batalha no mundo inteiro.

3 CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE BASEADA NO CONHECIMENTO

Para entender as características da sociedade baseada no conhecimento, é importante definir o conceito de conhecimento. Webster (1993 apud SCHMIDT, 2002, p.26) afirma que "Conhecimento são os fatos, verdades ou princípios adquiridos a partir de estudo ou investigação. Aprendizado prático de uma arte ou habilidade; a soma do que já é conhecido com o que ainda pode ser aprendido".

Shmidt (2002, p. 169) evidencia em forma de quadro as mudanças ocorridas desde o início da civilização até os dias de hoje. Craufrod (1994, p. 18), autor do quadro, identifica os subsistemas tecnológico, econômico, social e político, e compara com as sociedades primitiva, agrícola, industrial e do conhecimento.

Analisando o quadro 1.1, nota-se como a sociedade evoluiu gradativamente, da forma mais primitiva, onde o indivíduo vivia da caça e da pesca, em pequenos grupos ou tribos governados pelos chefes e anciãos, os quais se locomoviam a pé e se comunicavam apenas pela voz. Já na sociedade atual a economia está focada na produção de bens e serviços, onde as relações sociais estão voltadas para a diversidade, o pluralismo e o individualismo, os sistemas políticos marcados pela democracia participativa, e a tecnologia se apresenta como o fenômeno que desencadeou a comunicação global.

Sociedades:	Primitiva	Agrícola	Industrial	Conhecimento
<p>Tecnologia</p> <p style="text-align: center;">↓</p>	<p>Energia: humana;</p> <p>Materiais: pele de animais e pedras;</p> <p>Ferramentas: para corte;</p> <p>Métodos de produção: nenhum sistema;</p> <p>Transporte: a pé;</p> <p>Sistema de comunicação: a voz.</p>	<p>Energia: natural;</p> <p>Materiais: recursos renováveis;</p> <p>Ferramentas: força muscular ou natural;</p> <p>Métodos de produção: artesanato;</p> <p>Transporte: a cavalo, barco, carroça;</p> <p>Sistema de comunicação: manuscrito.</p>	<p>Energia: óleo, carvão;</p> <p>Materiais: recursos não renováveis;</p> <p>Ferramentas: máquinas;</p> <p>Métodos de produção: linha de montagem;</p> <p>Transporte: barco a vapor, ferrovia, de automóvel e avião;</p> <p>Sistema de comunicação: imprensa, televisão.</p>	<p>Energia: sol, vento e nuclear;</p> <p>Materiais: recursos renováveis (biotecnologia);</p> <p>Ferramentas: computadores;</p> <p>Métodos de produção: robôs;</p> <p>Transporte: espacial;</p> <p>Sistema de comunicação: individuais ilimitados por meios eletrônicos.</p>
<p>Economia</p> <p style="text-align: center;">↓</p>	<p>Colheita, caça e pesca.</p>	<p>Local, descentralizada e auto suficiente;</p> <p>Produção: para consumo.</p> <p>A terra é o recurso fundamental.</p>	<p>Economia de mercado nacional;</p> <p>Produção: de bens padronizados.</p> <p>O capital físico é o recurso fundamental.</p>	<p>Economia global integrada;</p> <p>Produção: provisão de serviços baseado no conhecimento. O capital humano é o recurso fundamental</p>
<p>Sistema social</p> <p style="text-align: center;">↓</p>	<p>Pequenos grupos ou tribos</p>	<p>Esquema familiar estratificado com definição clara das funções em virtude do sexo.</p> <p>Educação: limitada a elite</p>	<p>Família Nuclear com divisão de papéis entre os sexos e instituições que sustentam o sistema.</p> <p>Educação: em massa.</p>	<p>O indivíduo é o centro com diversos tipos de família e fusão dos papéis sexuais. Os valores enfatizam a diversidade, a igualdade e o individualismo.</p>
<p>Sistema político</p> <p style="text-align: center;">↓</p>	<p>Tribo: unidade política básica na qual os anciãos e chefes governam.</p>	<p>Feudalismo: leis, religião, classes sociais e políticas atreladas ao controle das terras com autoridade transmitida hereditariamente.</p>	<p>Capitalismo e Marxismo: leis, religião, classes sociais e políticas são modeladas de acordo com os interesses da propriedade e do controle de investimento de capital.</p> <p>Nacionalismo: governos centralizados e</p>	<p>Cooperação global: instituições são modeladas com base na propriedade e no controle do conhecimento. As principais unidades de governo e a democracia participativa definem as normas.</p>

			fortes tanto como forma de governo representativo quanto na forma ditatorial.	
Paradigma ↓	Mundo visto em termos naturais.	Base do conhecimento: matemática e astronomia. Idéias centrais: Humanidade vista como controlada pelas forças superiores (deuses), religiosidade, visão mística da vida e sistema de valores com ênfase na harmonia com a natureza.	Base do conhecimento: física e química. Idéias centrais: Homens colocam-se como controladores do destino num mundo competitivo com a crença de que uma estrutura racional pode produzir harmonia num sistema de castigos e recompensas.	Base do conhecimento: eletrônica quântica, biologia molecular, ecologia. Idéias centrais: os Homens são capazes de uma transformação contínua e de crescimento. Sistema de valores enfatiza um indivíduo autônomo numa sociedade descentralizada com valores femininos dominantes.

Quadro 1.1 - Características-chave de quatro sociedades básicas.

4 CONCEITO DE CAPITAL INTELECTUAL

O conceito de capital intelectual tem sido um assunto intensamente estudado e debatido atualmente. Todavia, o uso da palavra Capital Intelectual é muito recente em termos de publicação. Segundo Antunes (2000, p. 81) sabe-se que o primeiro assunto publicado utilizando o conceito de capital intelectual foi em 1994 por Thomas Stewart. No entanto, definir ou explicar o capital intelectual tem sido alvo de diversos pensadores.

Para Stewart (1998, p.13),

Capital intelectual é a soma dos conhecimentos de todos em uma empresa o que lhe proporciona vantagem competitiva. Ao contrário dos ativos, com os quais empresários e contadores estão familiarizados – propriedade, fábrica, equipamentos, dinheiro – constituem a matéria intelectual: conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência, que pode ser utilizada para gerar riqueza.

O capital intelectual é intangível. É o conhecimento da força de trabalho, é o treinamento e a intuição de uma equipe que descobre algo que poderá servir de alavancagem para impulsionar a empresa para o sucesso, agregando valores aos produtos mediante a inteligência humana e o capital monetário. Ou seja, capital intelectual pode ser descrito como a capacidade mental coletiva que compõe o goodwill.

Segundo Brooking (1996 apud ANTUNES, 2000, p. 73), capital intelectual pode ser definido como “uma combinação de ativos intangíveis, frutos das mudanças nas áreas da tecnologia da informação, mídia e comunicação, que trazem benefícios intangíveis para as empresas e que capacitam seu funcionamento”.

Em outras palavras, Brooking diz que capital intelectual equivale à capacidade, conhecimento, habilidade, experiência própria de cada indivíduo, que são empregadas na organização.

Edvinsson e Malone et al. (1998) apud Antunes (2000, p 78) definem Capital Intelectual a parte invisível da empresa onde se encontram o capital humano (conhecimento, inovação e habilidade dos empregados mais os valores, a cultura e a filosofia da empresa) e o capital estrutural (formado pelos equipamentos de informática, *softwares*, banco de dados, patentes, marcas registradas, relacionamento com os clientes e tudo o mais na capacidade organizacional que apoia a produtividade dos empregados).

Constata-se que através dos conceitos apresentados, o capital intelectual é um bem intangível, formado pelo capital humano, recurso fundamental para agregar valor às organizações, e pelo capital estrutural que incorpora o conhecimento do indivíduo em ativo para as empresas.

5 CONCLUSÃO

Diante do mundo globalizado, vivenciado nas últimas décadas através das grandes mudanças sócio-econômicas, políticas, culturais e tecnológicas visualiza-se a passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade do conhecimento.

Na era do conhecimento, as organizações precisam gerir seu capital intelectual de forma mais sistêmica. Precisam elaborar diretrizes, estratégias, plano de ação que leve o seu capital humano, o indivíduo detentor de conhecimento, a organizações focalizadas em conhecimentos.

A complexidade do ambiente empresarial atual exige a capacitação de instrumentos de intervenção cada vez mais sofisticados e inovadores. O capital intelectual surge como uma forte alternativa para todas as organizações, independentemente de tamanho, atividade ou nacionalidade.

Todavia, essas mudanças provocadas pelo capital intelectual, se por um lado, podem gerar frustração aos profissionais da contabilidade, devido ao desafio em mensurá-lo, e por tudo que foi aprendido e repassado às inúmeras gerações, por outro, é uma oportunidade singular para fortalecer ainda mais a relevância do homem na sociedade.

Esse será o caminho a ser trilhado pelas organizações para manter-se atual, moderna e na vanguarda dos acontecimentos da nossa era.

REFERÊNCIAS

1. ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Contribuição ao entendimento e mensuração do capital intelectual**. 1999. Dissertação (Mestrado) – FEA, Universidade de São Paulo, São Paulo.
2. ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Capital Intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000.
3. MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
4. SCHMIDT, Paulo. SANTOS, José Luiz. **Avaliação de ativos intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2002.
5. STEWARTE, Thomas A. **Capital Intelectual: a nossa vantagem competitiva das empresas**. 11 ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998.

O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL E ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Ariléia Oiveira Casteberg⁵
Cristiane da Fonseca Bronzoni⁶
Lucilene Oliveira Cremonine⁷
Siara Castro da Silva⁸

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo descrever de forma clara e resumida as práticas de cuidados em saúde mental desenvolvidas no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de São Mateus-ES, com uma atenção especial à atuação do assistente social. Esse serviço de saúde é de base municipal e garante atenção diária às pessoas com transtornos mentais severos e persistentes por meio de de consultas médicas, atendimentos terapêuticos individuais e/ou grupais através de uma equipe multidisciplinar. O artigo também avalia a importância no processo de recuperação e reinserção dos usuários à sociedade e o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, bem como relata um breve histórico da Reforma Psiquiátrica no Brasil. A metodologia de estudo empregada foi o modo de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: saúde mental; reinserção social; assistente social

ABSTRACT

This article aims to describe clearly and briefly the practices of mental health care developed at the Center for Psychosocial Care (CAPS) of St. Matthew-ES with special attention to action for social assistance. This health service is city-based and provides day care for people with severe and persistent mental illness through medical consultations, individual therapeutic care and / or group by a multidisciplinary team. The article also assesses the importance in the process of recovery and reintegration into society of users and the strengthening of family and community ties, as well as reports a brief history of psychiatric reform in Brazil. The study methodology employed was the way of bibliographical and documentary research.

Keywords: mental health, probation, social worker

⁵ Aluna do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

⁶ Graduada em Serviço Social pela Faculdade Novo Milênio, Pós-graduada em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Vale do Cricaré, Professora Titular na Faculdade Norte Capixaba de São Mateus - Campus Paulo Pereira Gomes.

⁷ Aluna do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

⁸ Aluna do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

1 INTRODUÇÃO

Os cuidados em saúde mental do paciente psiquiátrico sofreram diversas transformações ao longo dos anos. A sociedade os identificava como loucos, com possessões demoníacas e incapazes de um convívio social com outras pessoas. Vendo, portanto, a necessidade de privá-los de seus direitos fundamentais e submetê-los às prisões e torturas.

Em favor de um viver digno, muitos profissionais de saúde, familiares de pacientes, os próprios pacientes e a sociedade se uniram num movimento para reverter a situação subumana em que se encontravam os hospiciocêntricos.

Sabe-se que com os diversos movimentos e reivindicações, foram criadas leis e setores de saúde de atenção diária com o objetivo de minimizar ou acabar de vez com as internações em hospitais psiquiátricos, garantindo assim, igualdade de direitos e o gozo da plena cidadania.

Dessa forma, o presente artigo descreve os cuidados em saúde mental oferecidos no CAPS, com destaque especial para a atuação do profissional de assistente social. O trabalho também faz um breve relato do processo da reforma psiquiátrica, até chegar a um modelo de assistência de psiquiatria que abrangesse a presença familiar e a participação da comunidade na vida do tratamento do paciente portador de transtornos mentais.

2 CONTEXTO DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

Tratar da saúde mental requer lembrar o contexto histórico da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Até 1970, o modelo de atendimento utilizado nos hospitais psiquiátricos era o médico-tradicional, ou seja, hospitalocêntrico quando o tratamento era realizado em hospitais e hospiciocêntrico em que o paciente era cuidado em hospícios, porém esses lugares eram cercados de sofrimentos psíquicos, físicos (violência), exclusão social e alienação.

E baseando-se nesse sentido é que a partir de 1970 surgiram na Itália as primeiras propostas iniciando o Movimento de Reforma Psiquiátrica. E assim inspirou outros países, inclusive o Brasil.

Segundo Oliveira; Martinhago; Moraes (2009) a partir da década de 70, mesmo no auge do regime político autoritário (ditadura militar), o território brasileiro passou por um período de grandes movimentos em todas as áreas, principalmente na área social e saúde. A primeira tratou-se do Movimento de Reconceituação do Serviço Social (MRSS) que teve início desde os anos 60; Já a segunda refere-se à Reforma Sanitária que lutava pela valorização dos usuários e os profissionais de saúde. Além disso, foi um marco positivo que contribuiu de maneira significativa para o nascimento e o fortalecimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil.

Uniram-se então os profissionais de saúde aos usuários dos serviços de saúde mental e seus familiares, visando a buscar e garantir a liberdade e os direitos dos pacientes psiquiátricos. Essa repercussão ficou conhecida como o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), que tinha como propostas a busca do tratamento comunitário, a inclusão social, a humanização, redução do índice de mortalidade dos pacientes com transtornos mentais e a qualificação técnica dos serviços e profissionais.

A partir desses movimentos em 1987, acontece a I Conferência Nacional de Saúde Mental considerada um momento histórico para os profissionais e usuários da psiquiatria. Sendo importante mencionar que nesse processo de manifestações o resultado teve os dois lados: o negativo por ainda existir manicômios espalhados pelo Brasil acompanhados de maus tratos, além do preconceito e discriminação da sociedade em relação aos pacientes psiquiátricos; e o lado positivo refere-se aos programas de saúde mental que possibilitaram que no lugar do isolamento desse lugar ao convívio familiar e comunitário. E dessa forma, foi que para uma sociedade sem manicômios é que nasce em 1987 o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no estado de São Paulo, com o nome Professor Luiz da Rocha.

É importante frisar que as internações curtas ainda existem, porém, quando são de extrema necessidade que em geral são feitas em hospitais gerais ou no CAPS/24 horas, visto que os hospitais psiquiátricos estão sendo progressivamente substituídos.

Ainda sobre a Reforma Psiquiátrica, no ano de 1989, o então deputado Paulo Delgado do partido PT de Minas Gerais, inconformado com a realidade nos manicômios, lança um projeto para consolidar os direitos da pessoa com transtornos mentais e o fim dessas instituições, porém, esse projeto de lei não deixou de maneira clara como e quais seriam os mecanismos utilizados para tal substituição. Apenas em 2001, ou seja, doze anos depois ela foi aprovada e ficou conhecida como a Lei nº 10.216. “[...] com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar a saúde, visando alcançar sua inserção na família, no trabalho e na comunidade.” (Lei nº 10.216 Art.2º, II).

Percebe-se também que os doentes com transtornos mentais ganharam mais direitos quando foi consolidado o Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação da Lei Orgânica da Saúde pela Constituição Federal de 1988, onde são estabelecidas as condições legais para a implantação de novas políticas de saúde, inclusive as de saúde mental.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988, Art. 196)

Segundo o Ministério da Saúde (2010), após a Conferência de Caracas, em 1990 o Brasil ainda realizou três Conferências Nacionais de Saúde Mental em 1992, em 2002 e a última em 2010 sempre objetivando a implementação de novas propostas de mudança teórica e prática da assistência psiquiátrica.

3 O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM SÃO MATEUS

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) localizado em São Mateus/ES é um dos vários setores de atendimentos a pacientes com transtornos mentais que surgiram após a Reforma Psiquiátrica Brasileira e por isso toda a sua estrutura é de grande valor para a comunidade mateense.

Inaugurado em 2004, o CAPS conta com uma equipe interdisciplinar composta por assistente social, psiquiatra, enfermeiro, psicólogo, técnico de enfermagem e administrativo, oficinairos. Dessa forma, são realizados atendimentos a usuários com idade entre 18 a 60 anos com transtorno mentais severos e persistentes através de consulta médicas, atendimentos terapêuticos individuais e/ou grupais.

Através desse dispositivo de saúde que os profissionais envolvidos objetivam diminuir ou acabar de vez com as internações em hospitais psiquiátricos, que por hora, não são nada humanos. O CAPS de São Mateus é de base municipal e seu acesso é garantido a toda população através de articulações entre vários setores dentro da saúde, educação, judiciário, na área social, entre outros, sempre procurando garantir e fortalecer os laços sociais do usuário em seu território e ter acesso ao exercício dos direitos civis, lazer, segurança e trabalho.

4 O CAPS E AS MODALIDADES DE TRATAMENTO

De acordo com a Portaria n.º 336/GM de 19 de fevereiro de 2002, o paciente ao iniciar o tratamento no CAPS ele receberá atendimento de consultas médicas e oficinas terapêuticas individuais e/ou grupais, podendo participar de ateliês abertos, de atividades lúdicas e recreativas promovidas pelos profissionais do serviço, de três maneiras distintas: intensivo, semi-intensivo e não-intensivo. Essas três modalidades estão articulados em torno de um projeto terapêutico individualizado, voltado para o tratamento e reabilitação psicossocial, devendo também haver iniciativas extensivas aos familiares e às questões de ordem social presentes no cotidiano dos usuários.

Na primeira maneira, o Cuidado intensivo oferece um conjunto de atendimentos seja através de consultas da equipe multiprofissional especializada ou oficinas terapêuticas diversas aos pacientes que por causa de seu quadro clínico necessitam de atenção diária.

Na segunda maneira, o Cuidado semi-intensivo, são realizados atendimentos que de acordo com a condição clínica do paciente, necessita de uma atenção frequente. Sendo assim, ele participa das atividades algumas vezes na semana.

Já os chamados cuidados não-intensivos se realizam da mesma forma que os dois anteriores, porém, os atendimentos são prestados mensalmente ou quinzenalmente ao paciente, que por seu quadro clínico e projeto terapêutico, necessita de um acompanhamento mais espaçado, ou mesmo mensal.

Ainda segundo a portaria nº 336/GM os CAPS possuem o mesmo tipo de demanda, porém se dividem em cinco modelos que se diferenciam pelo porte, capacidade de atendimento e usuário, e o perfil populacional das cidades brasileiras. Dessa forma, tem-se o CAPS I⁹, CAPS II¹⁰, CAPS III¹¹, CAPSi¹² e CAPSad¹³.

4.1 OFICINAS TERAPÊUTICAS

No interior dos CAPS são realizadas diversas oficinas terapêuticas que junto com as consultas clínicas, fazem parte do tratamento aos pacientes com transtornos mentais. Elas são feitas em grupo com a presença e orientação de um ou mais profissionais, monitores e/ou estagiários.

De acordo com o Ministério da Saúde (2010), as oficinas terapêuticas podem ser oficinas expressivas relacionadas à expressão plástica, expressão corporal, expressão verbal e expressão musical; oficinas geradoras de renda. E por último, oficinas de alfabetização onde exercitam a escrita e a leitura, como um recurso importante na (re) construção da cidadania.

5 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAPS EM SÃO MATEUS

[...] é importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como precondição para que possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação (IAMAMOTO, 2007 p. 20).

Segundo Patriota *et al.* (2010) o início da atuação do Serviço social na área de saúde mental foi a partir da década de 40, época em que foram formando os primeiros assistentes sociais no país. Sua atuação estava ligada à subordinação aos médicos e em suas ações predominavam estudos de caso onde eram feitos cadastramento dos pacientes e seus familiares, e elaboração de atestados, além de outros serviços na área social. Tratava-se em geral, de um trabalho assistencialista, acrítico e burocrático.

Conforme dito anteriormente, essa realidade começou a mudar a partir da década de 70, pois os profissionais tanto da área da saúde como na área social, buscavam melhorias nas condições de trabalho e também de tratamento para seus usuários. Dessa forma, estavam ocorrendo as Reformas Sanitária, Previdenciária e Psiquiátrica e também o serviço social que vivenciava um período importante na profissão, influenciado pela perspectiva teórica marxista.

⁹ para municípios com populações entre 20.000 e 70.000 habitantes

¹⁰ para populações entre 70.000 e 200.000 habitantes

¹¹ acima de 200.000 habitantes

¹² atende crianças e adolescentes

¹³ atende usuários de álcool e outras drogas cujo uso é secundário ao transtorno mental clínico.

De acordo com Bisneto (apud AMARANTE, 1994 p.79) a partir do ano de 1970 ocorreu um aumento significativo de assistentes sociais atuando na área de saúde mental. Resultado da ampliação das clínicas e hospitais psiquiátricos devido às privatizações impostas pelo regime militar; outro fator importante foi a exigência da participação do assistente social nas equipes multiprofissionais conveniadas com o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS).

Atualmente, o assistente social é um trabalhador atuante em muitas áreas principalmente na saúde onde faz parte dos treze profissionais da área de acordo com a Portaria 336 de 19 de fevereiro de 2002. Podendo ainda ser integrante fundamental na equipe multiprofissional nos serviços de saúde mental.

Dentro do CAPS ele é especializado para realizar anamnese¹⁴ social, acompanhamento de todos os pacientes; faz orientações aos usuários e seus familiares para que estes participem de forma efetiva do processo de tratamento e reintegração social; realiza a confecção de encaminhamentos a outros setores e serviços; norteia quanto aos direitos previdenciários, trabalhistas e assistenciais; elaboração de projetos terapêuticos; laudo e parecer social; acolhimento; orientação; relatório; palestras educativas de temas diversos; realiza também triagens/acolhimentos sociais com o (a) paciente que chega ao CAPS pela primeira vez; além das visitas domiciliares. Essas proporcionam uma visão completa e real da situação do usuário, observando todos os aspectos socioeconômicos. Através desse trabalho, o restante da equipe fica por dentro de todas as informações pertinentes para garantir o melhor tratamento para o indivíduo.

O profissional de serviço social realiza todas essas ações tanto na prática quanto na teoria, pois tem suas atribuições e competências orientadas e norteadas por direitos e deveres estabelecidos no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) que devem ser observados e respeitados, tanto pelo profissional, quanto pelo setor atuante.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social também é muito importante na atuação do profissional.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999 p.04).

Observa-se então, que todos os trabalhos desenvolvidos e executados pelo assistente social dentro do Centro de Atenção Psicossocial são fundamentais para que se cumpra com os objetivos principais que são o fortalecimento da autonomia, a recuperação, a (re)

¹⁴ Refere-se a uma entrevista realizada pelo profissional de saúde ao paciente, que tem a intenção de ser um ponto inicial no diagnóstico de uma doença.

inserção a sociedade do usuário com transtornos mentais e o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, além de reduzir as internações em hospitais psiquiátricos.

6 METODOLOGIA

A pesquisa contou com uma abordagem qualitativa com o objetivo de alcançar o maior número de informações, identificando os fatos históricos e mais importantes no contexto da saúde mental no Brasil e os cuidados do assistente social na intervenção diária no Centro de Atenção Psicossocial com a preocupação central de enriquecer esse artigo.

Para a realização do artigo utilizou-se de procedimentos técnicos a partir da pesquisa documental e bibliográfica, visto que foram utilizados livros, artigos de periódicos e conteúdos disponibilizados na internet.

Os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da saúde mental foram retratados através da pesquisa de natureza explicativa e exploratória proporcionando familiaridade com o assunto.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo descreveu as práticas de cuidados em saúde mental desenvolvidas no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de São Mateus-ES com uma atenção especial à atuação do assistente social.

Considerando-se todo o exposto, é possível afirmar que em nível de Brasil a saúde mental conseguiu conquistar muitos avanços seja na legislação, seja na construção de serviços especializados para atender à demanda psiquiátrica.

Para garantir o perfeito funcionamento da política de saúde mental é necessário haver uma mobilização conjunta de vários setores sociais (saúde, educação, esporte, judiciário, etc.) e da sociedade para conquistar os direitos dos pacientes com sofrimento psíquico.

Notou-se também a importância da equipe multidisciplinar atuando no CAPS, principalmente nas práticas do assistente social para garantir que os direitos fundamentais sejam conquistados ao lado da família e da comunidade sem discriminação de qualquer tipo.

REFERÊNCIAS

1. AMARANTE, Paulo. **“Asilos, Alienados e Alienistas”**. Em AMARANTE, Paulo (org). *Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica*. Fiocruz, Rio de Janeiro, 1994.

2. BISNETO, José Augusto. **A Inserção do Serviço Social na Saúde Mental nos anos 1970**. Disponível em < http://depotz.net/readarticle.php?article_id=2302> Acesso em 31 out.2010.
3. BISNETO, José Augusto. **Uma análise da Prática do Serviço Social em Saúde Mental** in Revista Serviço Social e Sociedade. N. 82, ano 2005.
4. BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
5. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n.º 290/94 e nº 293/94.
6. _____. **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.
7. IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
8. _____. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) Assistente Social na atualidade**. In: Conselho Federal do Serviço Social (CFSS). Atribuições privativas do(a) Assistente Social. Brasília: CFSS, 2002.
9. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Relatório final da 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental**. 1992 Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, Departamento de Assistência e Promoção à Saúde, Coordenação de Saúde Mental, 1994. 63p. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2conf_mental.pdf> Acesso dia 06 nov. 2010.
10. _____. **I Conferência Nacional de Saúde Mental: relatório final**, 1987 Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1988 43 p. – (Série D. Reuniões e conferências, 5. Disponível em < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0206cnsm_relato_final.pdf> Acesso dia 06 nov. 2010
11. _____. **Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial**. Disponível em<<http://www.ebah.com.br/saude-mental-no-sus-os-centros-de-atencao-psicossocial-pdf-a36263.html>> Acesso 31 out.2010
12. NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. 1999. Disponível em <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf> Acesso em 01 nov.2010.

13. OLIVEIRA, Walter F.; MARTINHAGO, Fernanda.; MORAES, Ramona Sant Ana M. **Entendendo a Reforma Psiquiátrica: A Construção da rede de atenção à saúde mental.** Florianópolis: ABRASME/UFSC, 2009.
14. PATRIOTA, Lucia Maria et al. **A saúde mental na formação do Curso de Serviço Social.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 1, p. 55 - 65, jan./jun. 2010
Disponível em
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7280/5257>>
Acesso dia 05 nov. 2010.

A ESCOLA E A REPRODUÇÃO SOCIAL DE CLASSES

Carina Sabadim Veloso¹⁵
Elen Karla Trés¹⁶

RESUMO

O presente artigo desenvolve uma análise sobre a reprodução social de classes no contexto escolar. Proporciona uma discussão sobre as diversas formas utilizadas na escola para reproduzir o sistema social vigente no qual está inserida. Enfatiza a necessidade de mudanças no sistema educacional, bem como, nas relações pessoais existentes no mesmo, para que a escola possa realmente oferecer a "todos" oportunidades e condições de desenvolvimento, deixando de reproduzir um sistema desigual onde há extrema oposição entre a minoria privilegiada e a maioria excluída.

PALAVRAS-CHAVE: igualdade, diferenças sociais, dominantes, dominados, marginalização, exclusão.

ABSTRACT

The present article shows an analysis about social classes reproduction in education context. It proposes a discussion about different forms used in school to reproduce the actual social system. This works emphasizes the necessity of changes in educational system, as well as in the personal relations, in order to the school can really offer opportunities and development conditions to everybody, and not reproducing an unequal system where there is an extreme oppositions between the privileged minority and excluded majority.

Keywords: Equality, Social Differences, Dominant, Dominated, Marginalization, Exclusion.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual está baseada em princípios de desigualdade e exploração entre as classes sociais.

¹⁵ Graduada em Pedagogia pela UFES, especialista em Didática do Ensino Superior e Supervisão Escolar pelo INESV professora e Coordenadora de curso da SERRAVIX.

¹⁶ Graduada em Administração de Empresas pela UNIVEN, especialista em Gestão Empresarial e Didática no ensino superior pela UNIVEN, professora e Coordenadora de Graduação/Acadêmica da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

Nesse contexto, o processo educativo desenvolvido dentro das escolas também possui características que o tornam reprodutor das desigualdades sociais. Percebe-se na realidade que a educação destinada a uma "minoridade privilegiada" se difere totalmente daquela oferecida à "maioria excluída", principalmente no que se refere à qualidade.

Dentro de uma ideologia dominante, a educação é igual para todos, proporcionando as mesmas oportunidades, porém, a realidade existente serve para desmistificar esse fato ideológico. A escola em um processo sutil segrega e marginaliza a classe excluída da classe dominante.

2 DESENVOLVIMENTO

Este estudo tem por objetivo apresentar uma análise sobre o fato de aparentemente a escola representar na sociedade uma instituição neutra, que está acima dos conflitos sociais, local de igualdade de oportunidades, de ascensão social e desenvolvimento individual para todos.

Quando, porém, para-se para analisar as escolas pelas quais os professores passam, trabalham ou pesquisam, observa-se o quanto a realidade difere do ideal, pois a realidade que se constata é que a escola reproduz e intensifica as diferenças sociais e os valores da classe social privilegiada. "[...] A escola é a instituição mais eficiente para segregar as pessoas, por dividir e marginalizar parte dos alunos com o objetivo de reproduzir a sociedade de classes (MEKSENAS, 2002, p. 71)".

Essa reprodução e segregação estão presentes na diferenciação ao acesso à escola, tempo e recursos para estudar, recursos para frequentar atividades complementares à educação escolar, tempo de frequência à escola, linguagem utilizada no sistema de ensino, acesso ao ensino superior e até na relação professor-aluno.

A educação no decorrer da história foi sempre planejada para proteger e manter os privilégios da classe social dominante, que sempre recebeu uma escolarização de qualidade com os conhecimentos necessários para manter-se na direção da sociedade, enquanto os menos favorecidos recebem uma educação de massa, com caráter disciplinador para mantê-los submissos à classe dirigente.

A escola em sua constituição geral se apresenta fora do contexto social real dos alunos menos favorecidos e reproduz assim, ideias, valores, ideais e cultura da classe privilegiada como sendo verdadeiros, únicos, corretos e aceitáveis.

Utiliza para alcançar esse objetivo, recursos conhecidos como a linguagem escolar, que é alheia à realidade social do seu alunado representada nos livros didáticos, modelos de comportamento, regras disciplinares, textos, atividades, sistema de avaliação e até nas relações pessoais, que fazem parte dos ideais e cotidiano social da classe dominante. Assim, a classe dominada passa a conceber a cultura e valores dominantes como corretos e caracterizar sua própria cultura e valores como inferiores e errados, tornando-se submissa para conseguir ter acesso ao mínimo possível do que possui a classe dominante.

Agindo dessa forma, a escola reproduz e mantém as diferenças entre as classes sociais, formando falsos cidadãos, que não desenvolvem o espírito crítico, que são submissos àqueles que aparentemente são melhores que eles, que aceitam seu fracasso escolar e social como responsabilidade exclusiva de si mesmos e conseqüentemente se acomodam e não lutam por mudanças, muitas vezes vendo o dominador como o "herói", por possuir atitudes assistencialistas.

A marginalização e exclusão da maioria em oposição à ascensão de uma minoria privilegiada ocorrem até no relacionamento entre alunos e professores, desde a Educação Infantil. Na maioria das vezes, as atitudes, discursos, demonstrações afetivas e disciplinadoras do professor estão a serviço da reprodução social de classes. Ele serve de instrumento para formar os futuros cidadãos descritos anteriormente e transforma assim, sua sala de aula em uma prévia do que é a sociedade externa aos muros escolares.

Nesse processo de educação visando à reprodução social de classes, há a formação de alunos submissos, individualistas e egoístas, ocasionando a perda do desenvolvimento de valores como a solidariedade e a valorização do coletivo. Formam-se assim, pessoas frias, passivas, mecânicas, calculistas e extremamente individualistas. Não importa o que ocorre com o coletivo, desde que o "eu" esteja bem. Dessa forma,

[...] a escola representa o instrumento mais completo de reprodução das relações de produção nessa sociedade. Ela reproduz a força de trabalho, qualificando os trabalhadores, justificando a desigualdade social, levando-os a aceitarem a distinção entre as classes. (VIEIRA, 1998, p. 64)

3 CONCLUSÃO

Pretende-se com a análise desenvolvida, iniciar um processo de reflexão a partir do reconhecimento da escola como instituição que reproduz a desigualdade social para assim, adquirir consciência de que vivemos em uma sociedade em constante transformação política e econômica, sendo necessário também, que a escola sofra as devidas mudanças em sua estrutura ideológica e pedagógica para desenvolver um processo educativo que possa proporcionar ao aluno um espaço social cada vez mais justo, baseando-se para isso, em uma pedagogia voltada para o desenvolvimento humano.

Com isso, estará desenvolvendo o educando enquanto pessoa humana, democrática, qualificada para progredir no mercado profissional e com espírito de solidariedade, necessário para a adesão às causas maiores da vida, principalmente as referentes à existência humana, e não mais estaremos reproduzindo uma sociedade tão desigual.

Como afirma Frei Betto, *“é mais importante educar que instruir; formar pessoas que profissionais; ensinar a mudar o mundo que ascender à elite”*.

4 REFERÊNCIAS

1. FREIRE, Paulo e Frei Betto. **Essa escola chamada vida**. Editora Ática, 4. ed., São Paulo, 1986.
2. MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação**. Editora Loyola, 2002.
3. VIEIRA, Evaldo. **Sociologia da educação: reproduzir e transformar**. Coleção: Aprender. São Paulo: F.T.D, 1998.

O ESTRESSE DOS PROFISSIONAIS E A QUALIDADE DO ATENDIMENTO NO HOSPITAL ESTADUAL ROBERTO ARNIZOUT SILVARES NA CIDADE DE SÃO MATEUS (ES).

Crisdarli Araujo Jesus¹⁷
Cristiane da Fonseca Bronzoni¹⁸
Emanuele Gongo Soares¹⁹
Ralf Barros Dos Santos²⁰

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar as condições de trabalho dos profissionais que atuam na área da saúde (médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e recepcionistas), identificando se essas condições são fatores determinantes para o stress que estes profissionais apresentam, e como isso tem comprometido a qualidade do atendimento no hospital Roberto A. Silvares. Através da entrevista foi notado que o estresse não é uma realidade de todos os profissionais desta instituição, porém o desgaste do dia a dia faz com que o atendimento mude do primeiro para o último, mas nada que comprometa o desenvolvimento das atividades desenvolvidas por cada profissional. Aborda-se também um breve histórico do SUS e seus princípios tendo como principal delas a defesa da saúde como direito de todos e dever do Estado.

Palavras-chaves: SUS; Estresse; Profissionais

ABSTRACT

This article aims to analyze the working conditions of professionals working in health care (doctors, nurses, nursing technicians and receptionists), identifying whether those conditions are key factors to stress that these professionals have, and how it has compromised the quality of care in hospital Roberto A. Hiss. Through interviews it was noted that stress is not a reality for all professionals in this institution, but the wear of everyday life makes the service change from first to last, but nothing to hinder the development of the activities performed by each professional . Covers also provides a history of the NHS and its principles with the main of them protect the health and rights of all and duty of the state.

Keywords: SUS; Stress; Professionals

¹⁷ Aluna do Curso de Serviço Social pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

¹⁸ Graduada em Serviço Social pela Faculdade Novo Milênio, Pós-graduada em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Vale do Cricaré, Professora da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

¹⁹ Aluna do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

²⁰ Aluno do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

1 INTRODUÇÃO

Chegamos ao século XXI marcados por revoluções e conquistas, quanto no âmbito político, científico social e econômico. Os resultados foram aquisições de direitos garantidos constitucionalmente como voto, saúde e direitos trabalhistas. Além dos avanços tecnológicos que facilitam nossas vidas, pois possibilitam a comunicação com qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo sem sair de casa, através de celulares e internet.

Porém com todas essas “facilidades” surgidas para sustentar uma sociedade capitalista onde não se perde tempo “porque tempo é dinheiro”, adquirimos também o chamado “mal do século”, o estresse, uma doença oriunda do ritmo de vida acelerado e que compromete as relações pessoais, familiares e profissionais.

Dessa forma, este artigo expõe uma reflexão sobre a saúde dos trabalhadores que tratam diretamente com o público. O alvo dessa pesquisa são os profissionais (médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e recepcionistas) que atuam no Hospital Estadual Roberto Arnizout Silvares na cidade de São Mateus (ES), já visto que pesquisas recentes mostram os profissionais da saúde com uma das classes de trabalhadores mais atingidas pelo estresse.

2 O ESTRESSE DOS PROFISSIONAIS E A QUALIDADE DO ATENDIMENTO NO HOSPITAL ESTADUAL ROBERTO ARNIZOUT SILVARES NA CIDADE DE SÃO MATEUS (ES).

2.1 POLÍTICA DE SAÚDE DO BRASIL: SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

O Sistema Único de Saúde (SUS) está contido na Constituição Cidadã de 1988, a mesma constituída por um conjunto de ações e serviços oferecido por instituições de saúde pública, federais, estaduais e municipais. A política surgiu com a proposta de universalização ao acesso à saúde garantindo o direito igualitário, tendo como objetivo a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde, a execução de ações: a vigilância sanitária, a vigilância epidemiológica, a saúde do trabalhador. Estão incluídos a ordenação da formação de recursos humanos na área da saúde, a colaboração na proteção do meio ambiente, o controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde, o controle de prestação de serviços que se relacionam direta e indiretamente com a saúde, visa à recuperação e à reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho abrangendo assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho, participação em estudos, pesquisas e avaliações e controles dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho, participação também na normatização, fiscalização e controle das condições de produção que apresentem riscos à saúde do trabalhador, às condições do impacto que a tecnologia provocam na saúde, dentre outras (BRASIL, 1988).

Segundo Bravo (2007, p.66), a concepção de saúde que está presente no código é voltada para promoção do bem estar.

As ações e serviços de saúde, executados pelo SUS, seja de forma direta ou por participação complementar da iniciativa privada, serão organizadas em níveis de complexidade sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos: no âmbito da união, pelo Ministério Público; no âmbito do estado e do distrito federal, pelas secretarias de saúde a órgão equivalente e nos municípios pelas secretarias de saúde e órgãos equivalentes.

Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial a uma população de uma determinada área, o SUS poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada. A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato e convênio, observando e respeitando as normas de direito público. Os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos pela direção nacional do SUS, aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde. Aos proprietários administradores e dirigentes de entidades ou serviços contratados, é vedado exercer cargos de chefia ou função de confiança no SUS.

2.2 ESTRESSORES INTERNOS E EXTERNOS EXISTENTES NO CAMPO DE TRABALHO DA ÁREA DA SAÚDE.

Com frequência vemos nos noticiários casos de mal atendimento, desrespeito ao cidadão e o descaso aos usuários do SUS por parte dos profissionais que atuam na saúde, chocando e provocando indignação na população que necessita desses serviços. Geralmente a mídia divulga o fato de maneira isolada, não se aprofundando na problemática, levando assim à construção de uma ideologia de que o Estado gerenciando o serviço público de saúde não consegue dar conta das demandas que surgem, trazendo transtorno para a população e para os próprios funcionários que acabam trabalhando sob situação insalubre. As pesquisas recentes mostram que esses profissionais são os que mais têm sido atingidos pelo “mal do século”: o estresse.

O campo de trabalho desses profissionais é atravessado por conflitos e tensões, pois diferentemente de uma grande empresa, onde um erro pode ocasionar um prejuízo de milhões, esta empresa com esforço e planos estratégicos bem elaborados pode vir a ter sua estabilidade financeira reestabelecida, ao contrário, em um hospital de urgência e emergência como o Hospital Anzoit Roberto Silves, um erro pode ser fatal, ocasionando a perda de uma vida, e essa é uma perda irreparável. Ou seja, médicos, enfermeiros, recepcionistas e assistentes sociais trabalham sob a pressão cotidiana de saber que acertam ou não haverá uma segunda chance, pois uma vez que se perde uma vida não há como repará-la.

Segundo Dias (2000), a palavra estresse é derivada do inglês “stress” que quer dizer “tensão”, algum distúrbio causado por fatores adversos.

Os estressores são os mais variados, existem os estressores internos sendo eles a própria tensão que atravessa o campo e o local de trabalho, as condições inadequadas para desenvolver a sua função, pois não é difícil encontrar hospitais sucateados que não oferecem auxílio tecnológico, que na maioria das vezes implica na remoção do paciente já debilitado, aumentando assim o risco de morte, e a falta de uma equipe multidisciplinar capacitada que trabalhe em conjunto para melhor atendimento. Assim como os salários tidos como insuficientes em relação ao valor do trabalho, “forçando” esses profissionais a manter mais de um vínculo empregatício, ritmo intenso de trabalho, jornadas de trabalho prolongadas, além da própria pressão recebida por parte da população que precisa desses serviços, que diante de um Estado omissivo “derrama” toda sua indignação encima dos funcionários que encontra pela frente. E existem ainda os estressores externos que são circunstâncias que ocorrem fora do local do trabalho que consequentemente afetam o funcionário em sua atuação profissional, temos como principais os conflitos familiares, conjugais, perdas afetivas e problemas financeiros (DIAS, 2000).

Tanto os estressores internos quanto os externos causam reações adversas para os profissionais, comprometendo a vida conjugal, social e profissional. A saúde fica comprometida levando à ansiedade, depressão e desenvolvendo sintomas orgânicos. O uso abusivo de bebidas alcoólicas e outras drogas servem como uma maneira de atenuar o mal-estar psicológico, na maioria das vezes levando à dependência (DIAS, 2000).

2.3 SAÚDE DO TRABALHADOR: PERSPECTIVA DE PROMOÇÃO À SAÚDE

Conforme tudo o que já foi mencionado sobre o estresse anteriormente, sabe-se que o mesmo tem efeitos sobre a saúde, que acaba infelizmente comprometendo o atendimento público. Ficou bem esclarecido, que o estresse em que os profissionais são submetidos, somados às condições inadequadas de trabalho, colabora para o surgimento, permanência e / ou agravamento de diversas enfermidades orgânicas e mentais.

As principais ações que devem ser implantadas e/ou implementadas em favor da saúde dos profissionais brasileiros dizem respeito ao seu universo político, econômico e social. Melhor remuneração, e consequentemente a redução do número de vínculos empregatícios, a melhoria das condições de trabalho, redução de horas efetivamente trabalhadas, redução do número de plantões são os meios mais eficientes para melhorar o quadro de saúde dos profissionais, demonstrado neste artigo. Mas também seguido de momentos de lazer, tempo para exercícios físicos, dieta adequada às suas necessidades, exames médicos regulares. Todas estas atitudes que trazem o bem estar físico e mental não podem ser obtidas quando os trabalhadores são submetidos a um regime rigoroso de trabalho.

Berlinguer (1987) reforça que é preciso efetuar a implantação da política de promoção à saúde do trabalhador, mas é preciso que o Estado tenha um olhar mais analítico e crítico da situação.

Existem empresas que já adotam essa política, garantindo assim uma melhora no desempenho do profissional. Em alguns Estados já existe o sistema de meritocracia, que tem como objetivo premiar os funcionários destaques que cumprem as suas metas.

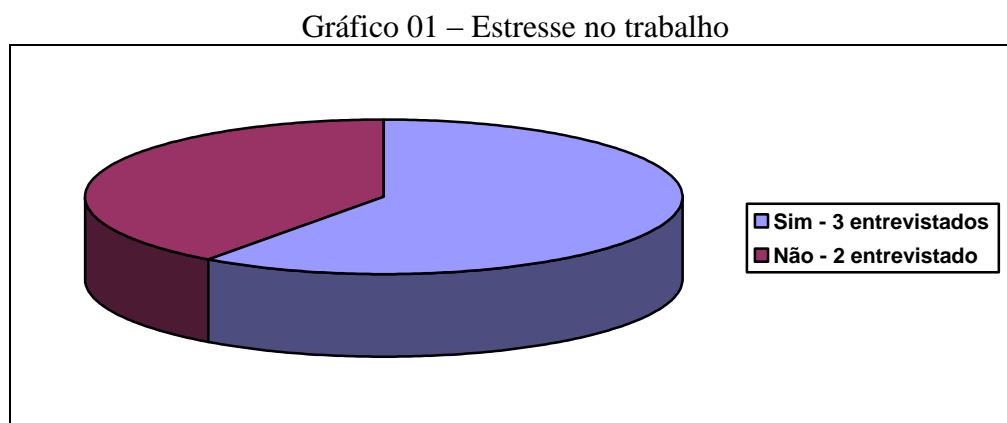
3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo de natureza exploratória comparativa, tendo como método de pesquisa a utilização de questionário previamente elaborado e entrevistas aos profissionais pesquisados. Houve também a pesquisa bibliográfica para o embasamento do estudo aqui proposto, pois, quanto mais profunda for a apreensão do objeto pelo pesquisador, nitidamente este se revela no produto da atividade científica que realiza (SETUBAL, 1995).

Nela pretende-se analisar o nível de estresse em que esses profissionais se encontram, se isso tem de fato comprometido o atendimento ao público e quais as propostas cabíveis para minimizar o problema. Por isso a pesquisa busca saber dos profissionais os fatores internos e externos que contribuem para o agravamento do estresse sofrido durante o desempenho profissional.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Quando perguntados “se o estresse no trabalho é uma realidade na sua vida?”, as respostas tiveram divergências. Para demonstração do resultado da análise de respostas obtidas, segue o seguinte gráfico:



Entre os profissionais que responderam, abordamos um de cada setor (médico, enfermeiro, técnico em enfermagem e recepcionista), sendo que para a área médica, que é a mais atingida como mostram as pesquisas, utilizamos duas amostras a fim de compará-las entre si, já que as respostas foram diferentes.

Referente ao segundo questionamento: “Na sua função, quais os fatores que contribuem para desenvolver o quadro de estresse?” Obtivemos as respostas.

TABELA 1 – FATORES QUE CONTRIBUI PARA DESENVOLVER O ESTRESSE

ENTREVISTADOS	RESULTADOS OBTIDOS
Médico A	Quantidade aumentada de pacientes em uma infraestrutura inadequada. Juntamente com o excesso de estudos.
Técnico de enfermagem	Dupla jornada de trabalho
Enfermeira	Cobrança vindo da direção, resolver problemas com pacientes que não conhecem o trabalho de acolhimento, mudança repentina de escala; quando algum funcionário falta, ou pega atestado em última hora

Temos os seguintes resultados para a terceira questão “O estresse no trabalho acaba prejudicando o atendimento ao público, as relações familiares e sociais? De que maneira?”

TABELA 2 – ESTRESSE NO TRABALHO PREJUDICA

ENTREVISTADOS	RESULTADOS OBTIDOS
Médico A	De certa forma sim. Acabamos perdendo a paciência fácil com pouca coisa.
Técnico de enfermagem	Ao público não realizamos atendimento adequado de maneira que possa atender o paciente em todos os aspectos, e familiar, interferindo no âmbito da família, trazendo discussões, discórdia entre as pessoas, outras vezes pode acerretar em falta de diálogo.
Enfermeira	No meu caso não prejudica, no meu trabalho não demonstro o estresse, e não levo problemas para casa.

Os dados da TABELA 3 quando indagadas “Já recorreu à ajuda de outros profissionais para lidar com o estresse? Quais? E qual foi a terapia, procedimento ou tratamento realizado?”

TABELA 3 – BUSCOU OUTROS PROFISSIONAIS PARA LIDAR COM O ESTRESSE

ENTREVISTADOS	RESULTADOS OBTIDOS
Médico A	Não
Técnico de enfermagem	Não
Enfermeira	Não. Meu estresse acaba quando resolvo os problemas do dia-a-dia, nunca procurei ajuda.

Os dados da TABELA 4 quando indagadas “Em seu local de trabalho existe alguma política de promoção à saúde do trabalhador? Qual?”

TABELA 4 – EXISTENCIA DE POLÍTICA DE PROMOÇÃO A SAÚDE NO TRABALHO

ENTREVISTADOS	RESULTADOS OBTIDOS
Médico A	Não
Técnico de enfermagem	Ginástica laboral em alguns setores
Enfermeira	Sim, temos a comissão interna de prevenção de acidentes, palestras, entre outras.

Quando indagadas sobre “Na sua opinião, que medidas podem ser tomadas para amenizar o estresse do trabalhador da saúde?” Foram obtidas as seguintes respostas:

TABELA 5 – MEDIDAS PARA AMENIZAR O ESTRESSE

ENTREVISTADOS	RESULTADOS OBTIDOS
Médico A	Deve-se adequar a infraestrutura para que possamos ter o mínimo de descanso possível. Uma área de repouso com as mínimas condições de repouso possível.
Técnico de enfermagem	Maior número de funcionários; realizar políticas de promoção à saúde, com os profissionais em todos setores.
Enfermeira	No meu caso é difícil, só mantendo a calma, pois trabalhar na coordenação é muito estressante. Mas na minha opinião o estresse pode ser amenizado com o trabalho de um psicólogo presente na empresa onde trabalha, participar de palestras promovidas pela empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o estresse não é preconceituoso, ele não faz distinção de cor, raça ou posição social, atinge todas as classes de trabalhadores, alguns de maneira mais evidentes que outro sendo mais perceptível entre profissionais que tratam diretamente com o público, como os que atuam na área da saúde.

Não queremos com esse artigo fazer apologia ao estresse, nem justificá-lo por meio de críticas ao governo, mas sim trazer a reflexão de como os efeitos dessa doença podem ser minimizados através de iniciativas do governo, como valorização desses profissionais, melhor estruturação dos hospitais para dar suporte mais preciso, e por fim o mais importante que seria o funcionamento harmônico das três esferas de governo pelos seguintes órgãos: no âmbito da união, pelo Ministério da Saúde; no âmbito dos Estados e Distrito Federal, pelas respectivas secretarias de saúde ou órgãos equivalentes; e no âmbito dos municípios pela respectiva secretaria de saúde ou órgão equivalente.

Dessa maneira, hospitais de urgência e emergência como H.R.A.S. não receberiam demandas cabíveis aos Pronto-Atendimentos e ao Programa Saúde da Família, evitando assim a super lotação a o caos estabelecido entre os profissionais e os usuários do SUS.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
2. BRAVO, Maria Inês Souza. **Saúde e serviço social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 264p.
3. BERLINGUER, G. **Medicina e política**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
4. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **A saúde dos médicos no Brasil**: ISBN 978-85-87077-13-4. Brasília, 2007.

5. COHN, A.; ELIAS, P. E. M. **Saúde no Brasil**: políticas e organização de serviços. 2 ed. SP: Cortez, 1998
6. DIAS, Elizabeth C. A organização da atenção à saúde no trabalho. In: FERREIRA FILHO, M. (Org). **Saúde no trabalho**. São Paulo: Rocca, 2000.
7. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Lei Orgânica da Saúde**: Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e trata de outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em: 20 nov. 2010.
8. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Lei nº 8.142** de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e trata de outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm>. Acesso em: 20 nov. 2010
9. SETUBAL, A A. **Pesquisa em serviço social**: utopia e realidade. São Paulo: Cortez, 1995.

RESENHA – A BONITEZA DE UM SONHO

Lorena Sodré²¹

Rosa Maria Castro Moraes²²

MOACIR GADOTTI, nasceu em rodeio – SC, em 1941. Com vasto Currículo na área da educação: Fez mestrado em filosofia da Educação na Universidade Católica de São Paulo (1973), Doutorado em Ciências na Universidade Estadual de Campinas (1986). Licenciado em Pedagogia, professor de História e Filosofia da Educação em cursos de graduação e pós-graduação de diversas instituições. Atualmente é professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e diretor do Instituto Paulo Freire. Possui um grande número de livros publicados dentro dos eixos da formação crítica do educador, destacando-se um dos livros com diversos contextos exploratórios no que diz: ensinar e aprender com sentido titulado como a **BONITEZA DE UM SONHO**. O autor expressa em suas palavras citando que “A beleza existe porque o ser humano é capaz de sonhar”. Inspirado em Paulo Freire, ele escreve esse livro com o Título acima mencionado. Que para ele traz alguns significados dentro da obra. A Pedagogia da Autonomia como: da “Boniteza de ser Gente” de ser “Professor”. Essas características inspiraram algo puramente essencial no que diz ensinar e aprender. Este sonho é um caminho que precisa ser percorrido numa direção sem volta, embora seja longo, árduo, mas para o sonhador que almeja o inédito.

Para Cortella (2011)²³, a utopia é o inédito viável, sonho para ser sonho tem que ser viável. Torna-se um projeto sustentável que irá fluir numa carreira que norteia a mente de todo pedagogo que ama essa profissão, assim sendo guia de suas realizações. Gadotti enfatiza a respeito de uma reunião que houve com o professor no estado de Minas Gerais onde volta a falar mais uma vez de sonho, só que um “Sonho Possível” encorajando-os a não desistir, mas que juntos se atrelassem com aquelas e aqueles para que o amanhã se engaje com o hoje e o futuro com o passado, visando sempre o crescimento de um professor crítico com redundância de pensamentos.

Anos depois, sempre reafirmando de uma ideologia ao sonho e utopia, para todo pedagogo que tem dentro de si essa criticidade de sonhar, podendo tornar-se realidade a aqueles que estão firmados na profissão que escolheram, em contrapartida muitos se opuseram, desistindo de seguir a carreira do curso que escolheram por não estarem certos do que queriam, se *professor ou outra profissão*. Para Gadotti (p. 04), o brasileiro “desvaloriza o professor”. Acredita-se nessa versão, por tantas lutas e ressignificações que o professor vem atravessando em sua formação desde a década de 70/80. Por um lado a culpa é do próprio profissional da educação porque tem deixado muitas brechas, visando assim a essa desvalorização. Segundo Leonardo Boff (apud GADOTTI,2002, p.5) comenta: de um salário de fome, que não há melhorias e por estar no magistério há 41 anos tem ouvido promessas.²⁴ Esse “autor” descaracteriza radicalmente a sua identidade profissional. Conforme concepção o professor que ama essa profissão não

²¹ Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

²² Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

²³ Mario Sérgio Cortella. Seminário de educação – Palestra: Utopia, o Inédito do viável – Vitória-Es, maio-2011.

²⁴ Leonardo Boff. Saber Cuidar: Ética do Humano, Compaixão pela terra. Petrópolis – vozes, 1999.

faz deplorável descaso dessa classe, embora seja uma realidade, mas comparado a tantos outros profissionais vejo que dentre tais ainda não desfrutam dos benefícios subsidiados pelos cofres públicos do governo. Há uma razão que tem sido alvo de indagações do autor e muitos outros nessa área.

Por que sou professor? Esta é a pergunta daquelas e daqueles que se decepcionaram com inúmeras formas de aperfeiçoamento em seminários e conferências que para os tais transmitiam palavras negativamente, deixando-os piores como antes. Com as técnicas dos falsos pregadores, assim vão perdendo o estímulo; a essência da boniteza vai se esvaindo, o professor começa a achar que está cansado, esgotado, não desempenha o seu papel de pedagogo honestamente, muitos chegam a matar não só um aluno com suas atitudes medíocres, mas uma turma... Os fatos não justificam seus atos! Muitos docentes chegaram a esse patamar, como disse o autor em um dos seus trechos em que comenta que mesmo procurando os cursos, conferências, seminários ainda não encontram respostas e saídas às vezes voltam frustrados e vazios, ouvem dos profissionais palavras sedutoras e encantadoras como dos “falsos pregadores da palavra”.

Dentre outras perguntas ainda questionam porque não procuro outro trabalho. Enquanto não houver uma linha de pensamento com sentido de construir em suas mentes que para ser professor é preciso coragem, responsabilidade, utopia, sustentabilidade. Não serão “**Mediadoras**”, mas “**materialistas**”. Se tiverem outro olhar, então essa é a visão mais perfeita no que diz respeito à boniteza de um sonho... Poder fazer uma criança feliz, ou seja, que viva numa sociedade de esperança. O paradigma da crise existencial não poderá persistir, o sonho não pode envelhecer não pode ser confrontado! Ainda há Esperança.

A esperança é o que nos faz lutar, que nos persegue a percorrer caminhos de longevidade em busca de um novo sonho... Sonho de dar o mais belo, que existe dentro de nós, para mudar, transformar uma vida através de nossos encantamentos. Processo contínuo em função de repassar para criança a alegria de viver plenamente num mundo possível de construir seus destinos para enfrentá-los de cabeça erguida como cidadãos que irão tornar suas metas em realidades (ROSA. 2011, p. 48).

A educação tem desempenhado trabalhos de formação continuada com profissionais que tendem envolvê-los para uma nova fase. Retomando valores com o método da reflexão crítica. A formação continuada da outro eixo dentro de projetos pedagógicos, desenvolvimento que desencadeará técnicas-teorias para por em prática o que é primordial no mundo do educador o “CHA” Conhecimento – Habilidade – Atitude. Acreditando-se nesse método, o professor, precisa construir respostas a diversas necessidades dentro do cotidiano escolar buscando encontrar estratégias para resgatar a unidade entre comunidade-escola. Fazendo de forma prazerosa demonstrando a verdadeira identidade profissional como: mediador, amigo, intervir nas dificuldades, situações problemáticas e outras, se doando para sua instituição escolar e comunidade, visando resultado favorável. Hoje se percebe alguns resultados favoráveis na mudança

sonhada por educadores. Contudo Antônio Gramsci, entendia o educador como um ²⁵“intelectual organizador da cultura”.

Gadotti cita em seu livro (2002, p. 26) de “Ser professor na sociedade aprendente”, onde se concentram qualidades que alunos de licenciatura de uma academia da USP qualificaram como ter “concepção de educação” isto é, ter uma formação política, ética, compromisso, respeitar as diferenças, ter uma formação continuada, ser tolerante diante das atitudes, postura e conhecimentos diferentes, preparar-se para o erro e incerteza, ter autonomia, didático-pedagógica, domínio do saber específico que leciona, ser reflexivo, crítico, saber relacionar-se com os alunos, ter uma formação geral, polivalente e transversal (GADOTTI, 2002 p.22).

Essas qualidades transferem para aqueles que sonham com essa profissão um objetivo claro do verdadeiro pedagogo. Hoje com a tecnologia avançada precisa-se entender a evolução do conhecimento. O pedagogo que está além do seu conhecimento, sabendo que é um desafio certificar das competitividades do mundo globalizado. Segundo o autor a sociedade contemporânea está marcada pela questão do conhecimento. Como conhecer? Confirma-se com autor, só é possível conhecer quando se deseja, quando se quer, quando se envolve profundamente, deixa de ser o saber para ensinar o aprender. É muito importante mergulhar nesse conhecimento, “[...] a informática como um dos recursos da pedagogia está limitada ao entendimento mecanicista das ciências, acima de tudo é um importante meio integrador, transformador e estimulador de mudanças”²⁶. (MARANHÃO, 1993, p. 85). Certamente reconhecer a mudança da própria noção de conhecimento tecnológico e conhecer o segredo do chamado “bom professor”. Dessa forma é louvável no que tange essa qualidade, demonstrando assim dinamismo, entusiasmo, prazer no que gosta de fazer. Percebe-se que o educador transformado por essa emoção tecnológica cumpre a tarefa de ensinar com alegria, digo que... É transferir vida para o ser humano que está aquém de uma cultura humanística já produzida. Muitas das vezes esse sujeito se encontra frágil, desprotegido, sem percepção do que está a sua volta. Por isso... Digo, o quanto é importante o educador atrelar essa emoção à segurança.

Essa interdependência do ser humano faz com que eles sintam seguros. Aprender a interação com a relação de aprendizagem através do contexto que é dado com domínio sinalando o texto com conteúdo dentro da sua cultura política e econômica. Nesse ponto o educador é visto como um historiador porque passa história diversificada, diferente uma da outra Assim diz o autor, “aprendemos história não para acumular conhecimentos” para ele o importante é aprender a pensar, aprender a aprender. Com essa questão é relevante o diálogo, para se aprender a cada dia, pois que; não há tempo próprio para aprender. Diante do que diz Gadotti, “o aluno quer saber, mas não quer aprender”. Nota-se que a mídia tem dominado a mente da criança, obstruindo a memória com programas na TV, em casa. Que por vez entram em contradições com o que aprendem na escola traçando um paradigma diferente para cada ambiente. A escola/professores tem se confrontado com novas tarefas para fazer com que a mesma seja um lugar atraente ou seja, um cantinho de amor e aconchego – Chave de

²⁵ Gramsci, A. A Concepção dialética da história. São Paulo: Cortez. 1995.

²⁶ Maranhão, 1993. Retirado da apostila de Pedagogia, Educação a distancia, não consta na apostila referencia.

compreensão para uma verdadeira sociedade, estabelecendo uma nova relação de alguém que transmite firmeza no seu ambiente escolar.

Diante das muitas dificuldades da prática do docente o professor ainda se leva a perguntar porque ser professor? Sempre com as mesmas perguntas e questionamentos, agora, desta forma: Como deve ser o novo professor? O autor diz, que em resumo as respostas que tem dado com mais frequência em sua fala, considerando o contexto da globalização e da nova globalização, o novo professor é um profissional de sentido, pois têm mediado seus conhecimentos ligados a uma formação mais ampla que superando ainda mais como aquele que construiu seus pensamentos num patamar elevado de “professor a gestor”. Com esse novo perfil de aprendizado e crescimento é pertinente o desenvolvimento de habilidades de novos trabalhos, comunicação, pesquisa e pensamentos. O enfoque dessa formação trará somas favoráveis de aprendizagens. Segundo Paulo Freire (apud GADOTTI, 2002, p.35) “o bom professor é o que consegue enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento de seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam não dormem”.²⁷

[...] O novo professor é também um profissional do encantamento, pois é um promotor da vida, do bem viver, educa para a paz e a sustentabilidade (p.36). É dessa forma que vejo o encantamento e a beleza do professor. A sustentabilidade na educação tornou-se algo próprio nesse milênio não deixando de lado a questão do nosso planeta, que tem sido alvo de muita atenção nesses últimos anos. Que por sinal devemos conscientizar cada vez mais que precisamos preservá-lo. Questão difícil, mas não impossível! Por se falar numa educação sustentável, voltamos a focar a **globalização**, uma máquina produtora do capitalismo que está em primeiro lugar nos rankings mundiais, sendo que primeiro atendem às necessidades humanas que na verdade tornaram-se “humanas”. Por assim servirem creio que nesse meio sustentável a pedagogia vem se constituindo gradativamente numa linha de pensamento filosófico, propondo valores/saberes que estão ligado a um: (p. 38).

- ✓ Educador que pense globalmente
- ✓ Que eduque seus sentimentos
- ✓ Que ensine a identidade da terra
- ✓ Que forme a consciência planetária
- ✓ Que forme a compreensão da ética
- ✓ Que eduque para simplicidade e quietude
- ✓ Que supõe justiça

É claro que tudo isso não está limitado ao que queremos nessa sociedade sustentável globalizada, mas supõe justiça de qualidade, não simplesmente para o homem, de modo geral pela paz mundial. A pedagogia devia começar por ensinar sobre tudo a ler o mundo como vê: Segundo Freire, (apud GADOTTI, 2002, p.40).²⁸ “O mundo que é o próprio universo porque ele é o nosso primeiro educador”. O autor assinala para essa reflexão: O universo não está lá fora está dentro de nós, próximo de nós. Ao analisar

²⁷ Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessário à Prática Educativa*, São Paulo, Paz e Terra, 1997, p.96.

²⁸ Idem,

essa fala subentende-se que fala de algo super natural, tipo um jardim ao longo de uma natureza exuberante. Por se falar em jardim, Gadotti (2002, p. 40) compara esse jardim com o currículo escolar que está dentro de nós, e que podemos enxergar com bons olhos transmitindo a nossa beleza interior, algo que podemos ver num lindo jardim! Essa beleza sustentável repassa os valores de ensino para sobrevivência de uma vida. Todas as nossas escolas podem transformar-se em jardins. Sobre tudo o autor descreve da boniteza de um sonho que na verdade em alguns detalhes do livro não se atrelou à expressão desse título, onde pude observar a insegurança e ineficácia com a profissão. Segundo Rubem Alves (apud GADOTTI, 2002, p.42) define sobre isso, entre o ser professor e o ser educador²⁹, o educador é semeador de sonhos, e pelo que tenho aprendido o professor é aquele que professa, se acha dono da verdade, que na verdade são militaristas mal educadores.

O verdadeiro educador mantém sua posição, sua identidade é respeitada, aceita, porque se tem uma concepção fundamentada. Quando perguntam o que são e o que fazem, não negam, nem se envergonham, mas com orgulho dizem: **Eu sou EDUCADOR!** Como profissional que se espera pela transformação da humanidade, constrói pessoas e alimentam esperança para vivê-la numa sociedade contemporânea. Desmitificando as crises existenciais pelo fracasso da mente do educador este cenário se contrapõe: pois as chamas da beleza voltam a reacender de forma irrevogável, para dar continuidade a um projeto com característica de um sonho possível para a vida. Abrilhantando nesse caminho seu perfil ao título desse livro.

BIBLIOGRAFIA

1. ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo, Cortez, 1981.
2. ANTUNES, Ângela. **Leitura do mundo no contexto da planetarização: Por uma pedagogia da sustentabilidade**. São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2002 (Tese de doutorado).
3. BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: Ética do Humano, Compaixão pela Terra**. Petrópolis- Vozes, 1999.
4. DEMO, Pedro. **Conhecer & Aprende-Sabedoria dos limites e desafios**. Porto Alegre, Artmed, 2001.
5. FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
6. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia; Saberes necessário á prática Educativa**, São Paulo, Paz e Terra, 1997.
7. FREIRE, Paulo. **Saber Pensar**. São Paulo, Cortez/Instituto Paulo Freire,2000.

²⁹ Rubem Alves, *Conversas com quem gosta de ensinar*. São Paulo, Cortez,1981.

8. GADOTTI, Moacir. **A boniteza de um Sonho-Ensinar-e-aprender com sentido.** São Paulo. Cortez, 2002.
9. GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História.** São Paulo, Cortez, 1995.

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Sueli Maria Rodrigues Barbosa³⁰

RESUMO

Este artigo diz respeito à Gestão Democrática, tendo como objetivo analisar como esse processo é importante para o crescimento da escola e desenvolvimento de seus alunos e da comunidade escolar. Para tal, foi desenvolvido um estudo bibliográfico, com abordagem qualitativa de forma a compreender o que a literatura pertinente enfoca sobre a temática. A pesquisa aponta que a comunidade escolar necessita compreender e vivenciar o processo de Gestão Democrática, participando de forma sistemática. É preciso que a instituição promova projetos que assumam a democratização do seu espaço, bem como a consciência cidadã de seus indivíduos.

Palavras-chave: Crescimento, Processo, Democratização.

ABSTRACT

This article concerns the Democratic Administration, and to analyze how this process is important for growth and development of school students and school community. To this end, we developed a bibliographic study with a qualitative approach in order to understand what the literature focuses on the theme. The research shows that the school community need to understand and experience the process of democratic management, participating in a systematic way. We need to promote the institution to take the democratization projects of your space, as well as the social consciousness of individuals.

Keywords: Growth, Process, Democratization.

1 INTRODUÇÃO

A educação primitiva era essencialmente prática, marcada pelos rituais de iniciação, fundamentava-se pela visão animista e baseava-se na imitação e na oralidade, limitada ao presente imediato.

Nossas escolas estão cheias de pedagogos seguidores dessa metodologia, preocupados em transmitir conhecimentos e para que seus alunos possam imitá-los com perfeição durante as avaliações, repetindo exatamente o que foi dito por eles.

Esses são os que mais necessitam de ressignificar suas práticas através de uma formação continuada, inseridos em um contexto de cooperação.

³⁰ Especialista em Administração e Supervisão Escolar pela Universidade Salgado de Oliveira. Professora da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

Se por um lado reformas educativas e ações políticas procuraram nas últimas duas décadas incrementar formas de controle do trabalho docente, por outro, há um reconhecimento da força de sua ação no processo escolar. Nesse reconhecimento, foi fundamental a imagem do educador-reflexivo, ou seja, uma competência ou uma atitude de “qualificar” aquela reflexão corriqueira, cotidiana, que todos nós fazemos antes, durante e após o desenvolvimento de qualquer ação.

Este artigo tem por objetivos: analisar como o processo de Gestão Democrática é importante para o crescimento da escola e desenvolvimento de seus alunos e da comunidade escolar; discutir o conceito de educação e gestão escolar, definir a função da escola frente à legislação, analisar e refletir sobre o Sistema Educacional Brasileiro e a ação pedagógica e as leis que o regulamentam. Para tal, se embasa em documentos (leis), livros e outros artigos que também abordam o tema ou ideia similar. Destaca-se que não se tem a intenção de esgotar o tema, mas de ratificá-lo, para que sirva de conhecimento aos que fizerem a sua leitura.

2 ABORDAGENS SOBRE EDUCAÇÃO

Entende-se a educação como um processo que consiste no decorrer de um fenômeno (a formação do homem) no tempo, um fato histórico, um fato existencial, configura o homem em toda sua realidade, por isso, é também um fato cultural e social, refere-se à sociedade como um todo. É o procedimento pelo qual a sociedade reproduz a si mesma ao longo de sua duração temporal, sendo que a prática dos princípios da cooperação é requisito essencial e indispensável para a manutenção e continuidade desse processo.

A educação é uma forma de intervenção no mundo e mais importante que transmitir conteúdos é ter consciência de que a educação é ideológica, por isso, tem que se atentar ao poder do seu discurso.

O próprio conceito de gestão pressupõe a inclusão, embora quase todas as leis sejam emanadas para promover resultados e falham porque não alocam recursos compatíveis e adequados para promover as ações necessárias para os resultados que preconizam.

As organizações constituem as formas mais racionais e eficazes que se conhece de agrupamento social. Entretanto, as organizações são mais do que simples agrupamentos de pessoas ou de pequenos grupos. Organizações são sistemas racionais de ação social dirigidos para objetivos definidos e permanentes, originados pelas necessidades da coletividade.

A organização formal é um sistema de atividades ou de forças de duas ou mais pessoas, conscientemente coordenadas, enquanto a organização informal é um agregado de contatos e interações pessoais.

A distinção que geralmente se faz entre a organização formal e a informal é que, enquanto a primeira é uma organização planejada, a segunda constitui o resultado da interação espontânea dos membros da organização, o impacto das personalidades dos atores sobre os papéis que lhes foram destinados.

Além da atenção às regras, a grande inovação do modelo constitucional de 1988 em relação ao direito à educação instala seu caráter democrático, especialmente pela preocupação em prever instrumentos voltados para sua efetividade (RANIERI, 2000, p. 78).

O sentido do direito à educação na ordem constitucional de 1988 está intimamente ligado ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil, bem como com os seus objetivos, especificamente: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalidade, redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem comum.

Ela tratou do financiamento da educação de modo bastante incisivo. Vinculou receitas para a manutenção e desenvolvimento do ensino em caráter excepcional, fugindo ao preceito genérico do artigo 165, IV; instituiu a contribuição social do salário-educação e previu fundo de natureza contábil voltado para o setor.

Em 1961, a Lei 4024/61, pela primeira vez no país, contempla todos os níveis de educação, não alterando a formação do professor da pré-escola que continua sendo realizada no ensino médio. Refere-se à educação infantil como os "Jardins de Infância" e, em acordo com a CLT (1943), define que as mães que trabalhassem e com filhos menores de sete anos, seriam estimuladas a organizar instituições de educação pré-primária. Só que com o golpe militar de 1964, as discussões educacionais passam por uma longa fase de conformismo e silêncio.

Durante este período, a influência do tecnicismo norte-americano e os acordos MEC-USAID tornam-se os marcos das Leis 5.540/68 e 5.692/71 que reorganizavam o ensino superior e de 1.º e 2.º graus, respectivamente.

Neste sentido, a Constituição Brasileira (1988) torna-se um ponto decisivo na afirmação dos direitos da criança incluindo, pela primeira vez na história, o direito à educação em creches e pré-escolas. Em 1990, O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA -, insere as crianças no mundo dos direitos, mais especificamente no mundo dos Direitos Humanos, reconhecendo-as como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, como cidadãs, com direito ao afeto, a brincar, a querer, a não querer, a conhecer, a opinar e a sonhar. É neste contexto que o Ministério de Educação e Desporto (MEC), em 1994, assume o papel de propor a formulação de uma Política Nacional de Educação Infantil.

3 A LDB TROUXE MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Reafirmando essas mudanças, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases, N.º 394/96, estabelece o vínculo entre a educação e a sociedade e, ao longo do texto, faz referências específicas à educação infantil, de forma sucinta e genérica. Reafirma que a educação para crianças com menos de seis anos é a primeira etapa da educação básica, destaca a idéia de

desenvolvimento integral e o dever do Estado com o atendimento gratuito em creches e pré-escolas. De acordo com a LDB, considerando seu papel e sua responsabilidade na indução, proposição e avaliação das políticas públicas relativas à educação nacional, o Ministério da Educação e do Desporto propõe, em 1998, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Desaparece, na nova LDB, a obrigatoriedade do ensino de Educação Física, Sociologia, Filosofia, argumentando-se sobre a dificuldade de algumas localidades terem docentes nestas disciplinas.

No ensino fundamental, a LDB faculta aos sistemas de ensino o desdobramento em ciclos. O primeiro, segundo argumentações de Darcy Ribeiro, seria caracterizado pela unidocência, enquanto o segundo pela pluridocência. Esta definição pode dar caráter de terminalidade já no primeiro ciclo, ao invés de garantir tal obrigatoriedade ao final das oito primeiras séries da Educação Básica.

4 O PAPEL DO PEDAGOGO/PROFESSOR NA GESTÃO ESCOLAR

O pedagogo deve se municiar de espírito renovador, de alegria e integração e possibilitar a junção de todas as disciplinas e valores éticos no mesmo ambiente, ensinando o ser humano a pensar multiculturalmente.

Ele deve selecionar o capital intelectual, através do conhecimento que eles revelam. Esses devem ser patrimônios, pois são os seres pensantes, criativos, os que fazem a diferença através do conhecimento, por isso nenhum pedagogo pode abrir mão desses patrimônios intelectuais, porque são eles o pano de fundo do sucesso e esses somente são descobertos a partir da gestão de conhecimento.

Para que exista realmente uma prática de autonomia do gestor escolar, alguns mecanismos são primordiais, tais como: uma gestão compartilhada, a eleição de diretores e a ação em torno de um projeto político pedagógico. Porém, a mera existência destes mecanismos não é garantia de menor ou maior autonomia da Escola. Para tal, é necessário, fundamentalmente, o reconhecimento e esforço de todos, para que os sujeitos envolvidos assumam efetivamente suas responsabilidades em uma proposta desenvolvida em conjunto e com uma direção estabelecida, coerente e clara.

O diretor, consideravelmente o pedagogo ou professor, é cada vez mais obrigado a levar em consideração a evolução da idéia de democracia, que conduz o conjunto de professores, e mesmo os agentes locais, a maior participação, a maior ampliação nas tomadas de decisão.

Mesmo que o gestor escolar atravesse por problemas de ordem administrativa, necessita, ao bom desempenho de suas atribuições, ser criativo, ter visão de futuro alicerçando-se no passado e dirigindo o presente, integrar-se e defender a natureza, considerar as diferenças, popularizar os conhecimentos, usar a inteligência cognitiva concomitantemente com a emocional, criar auto-estima e organização, formar recursos

humanos, considerar e respeitar o ambiente psicológico, ter abertura às novas idéias e informações, ter altos padrões éticos, ter confiança, segurança e tolerância, dar ênfase aos pontos fortes de cada pessoa, manter o bom humor e a cordialidade, criar novas lideranças e priorizar o ser humano, tornar o trabalho prazeroso, romper com as estruturas rígidas e fechadas, criar novos paradigmas, aprender com o erro, aumentar a auto-estima e a satisfação, abrir novos caminhos, aumentar a autodisciplina.

5 ABORDAGENS SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, faz-se uma referência maior, em um de seus artigos, sobre a implantação da Gestão Democrática, como alternativa à escolha coerente e participativa dos dirigentes escolares do país.

Compreendendo a política pública como objeto de reflexão no contexto de uma sociedade que se autodenomine democrática, percebe-se o quanto esse processo eleitoral é relevante para a representatividade da ação dos grupos sociais inseridos no contexto escolar: alunos, profissionais da educação, profissionais da administração, pais e membros da comunidade.

A ideologia que ampara este pensamento passa pela aparente autonomia das escolas, pela participação não efetiva de todos os segmentos escolares, pela burocratização dentro das instituições escolares, participação e autonomia na escolha dos diretores escolares, e todas são utilizadas como ação conservadora e mantenedora de uma ação civil: a participação dos grupos sociais.

Nesse contexto, a escola deve ser um meio de transformação, de conscientização, em que a teoria e a prática devem ser agregadas, até mesmo, e principalmente, em orientação aos alunos, em relação ao gesto político, pois a escola deve se fazer um local de políticas sérias, voltadas ao desenvolvimento do educando e à sua formação cidadã.

Dessa forma, a comunidade local tem a oportunidade de eleger seu representante, partindo do pressuposto de que sua atuação será em prol da maioria. Para Bobbio (1987) a democracia direta e a representativa podem se integrar reciprocamente, conformando a democracia íntegra; entre ambas ainda há um *continuum* de formas intermediárias.

No Brasil, as análises sobre as iniciativas de governos locais apontam para a concretização de novos formatos que aliam democracia direta e representativa.

A lei que trata da gestão democrática do país não se limita somente à escolha do gestor escolar, mas sim a implementação de uma construção coletiva de políticas públicas, tendo em vista que a democratização do Estado Brasileiro sempre esteve na pauta das lutas da sociedade civil.

6 ABORDAGENS SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA

A oposição natural a novas maneiras de gerenciar a educação parece compreensiva à medida que se entende como a relação de poder se faz presente na construção histórica. A oportunidade de escolha dos dirigentes escolares, entretanto não define, nem garante a democracia, muito menos fortalece o Estado.

Maquiavel (2006, p.70) ao analisar a questão do Estado e do Governo, insere:

O governo é instituído pelo povo ou pela aristocracia, conforme haja oportunidade para um ou para outra. Quando os ricos percebem que não podem resistir à pressão das massas, unem-se, prestigiando um dos seus e fazendo-o príncipe, de modo a poder perseguir seus propósitos à sombra da autoridade soberana. O povo, por outro lado, quando não pode resistir aos ricos, procura exaltar e criar um príncipe dentre os seus que o proteja com sua autoridade. Quem chega ao poder com a ajuda dos ricos tem maior dificuldade em manter-se no governo do que quem é apoiado pelo povo, pois está rodeado de indivíduos que a ele se iguala, e não pode assim dirigi-lo ou ordenar tudo o que lhe apraz.

Bobbio (1987) analisa a questão propondo que a concepção de Estado, para Maquiavel, trata do ponto de vista somente do governante que precisa mudar. Todavia, é necessária uma maior compreensão do contexto histórico, a qual nos remete a possibilidade de perceber a gênese e evolução do Estado em consideração às leis que regulamentam as relações entre governantes e governados.

Democracia e cidadania tomadas como parte do embate político no processo de ampliação do Estado e da construção de uma sociedade mais participativa e justa passa por uma gestão democrática como projeto de uma nova educação, que exime do Estado a responsabilidade de gerir as escolas públicas, colocando a carga da comunidade a escolha dos indivíduos que o farão:

Conquistado o direito à participação política, o cidadão das democracias mais avançadas percebeu que a esfera política está, por sua vez, incluída numa esfera muito mais ampla, a esfera da sociedade em seu conjunto, e que não existe decisão política que não esteja condicionada ou inclusive determinada por aquilo que acontece na sociedade civil. Portanto, uma coisa é a democratização da direção política, o que ocorreu com a instituição dos parlamentos, outra coisa é a democratização da sociedade. Em consequência, pode muito bem existir um Estado democrático numa sociedade em que a maior parte das instituições, da família à escola, da empresa aos serviços públicos, não são governadas democraticamente. É possível a sobrevivência de um Estado democrático numa sociedade na democrática? Pergunta que também pode ser desse modo: A democracia política foi e é até agora necessária para que um povo não seja governado despoticamente. Mas é também suficiente? (BOBBIO, 1987, p. 156).

É senso comum que saindo da gestão autocrática e coercitiva para a gestão democrática e participativa há muitos caminhos a percorrer.

Rousseau (2005) traz uma inquietação em relação à necessidade de se ter um governo voltado para a maioria, e assegura que é na educação que essa relação pode ocorrer de

forma mais contextualizada, porque, segundo ele, primitivamente o homem nasce com e quando chega à escola tem a oportunidade de dar continuidade a essa natureza já que o conhecimento é libertador e o convívio social ainda não o impregnou por total, tornando-o mau.

Nesse contexto, o exercício democrático, na escolha do dirigente escolar, pode ser um bom começo para a prática da construção de uma sociedade mais consciente e equilibrada.

Parafraseando Rousseau, acreditamos que a sociedade civil é furto da manipulação do Estado, que governa a seu favor sendo, portanto, totalmente parcial. Este ainda promove a desigualdade, e somente a igualdade e a liberdade se efetivarão quando a sociedade assumir o poder, sendo o Estado, nessa perspectiva, uma manifestação da vontade popular feito e voltado para o povo. Entretanto, o estado permanece manipulador e obsoleto, pois,

O governo nascente não teve uma forma constante e regular. A falta de filosofia e de experiência não deixava perceber senão os inconvenientes presentes; e ninguém pensava em remediar os outros senão à medida que se apresentavam. Apesar de todos os trabalhos dos mais sábios legisladores o estado político permaneceu sempre imperfeito porque era quase obra do acaso e porque, mal começado, o tempo, descobrindo os defeitos e sugerindo os remédios, jamais pode reparar os vícios da constituição (ROUSSEAU, 2005, p. 71)

Partindo do pressuposto de que a educação tomada como instrumento de transformação social tem um papel de suma importância para a sociedade, principalmente no que se refere ao contexto político, a escola ainda precisa caminhar muito em todo o processo de democratização, que depende atualmente mais da comunidade escolar do que das políticas públicas de gestão e das instâncias hierárquicas de poder.

A gestão democrática, na figura do gestor eleito, requer participação direta na tomada de decisão de todo o caminhar pedagógico, administrativo e financeiro, jamais podendo fragmentá-los.

Para Melo (2000) a palavra gestão tem que estar associada a uma nova forma do Estado em dar a vida a uma política que retrate a sociedade como intercessora da construção democrática visando o coletivo em detrimento do individual.

Hoje, em tempos de vigência do neoliberalismo, o tema gestão está associado aos paradigmas que fundamentam as mudanças conservadoras na forma de pensar a sociedade e a gestão educacional. A estratégia usada tem até a aparência de novas políticas para melhorar a educação, mas a essência do discurso é facilmente desmistificada se questionarmos o seu caráter público e democratizante e a sua perspectiva de inclusão social (MELO, 2000, p. 244).

Para tanto, Ferreira e Aguiar (2000) consideravam que a democracia tem que vir atrelada a uma mudança promissora no ensino público e a uma busca constante pela qualidade na educação. Toda essa transformação tem que estar associada a uma mudança desenvolvida na escola e refletida no sistema público, numa busca incansável

por uma sociedade pautada na valorização do conhecimento e na construção de novos olhares sobre a política e a gestão da educação.

Adrião (2001) indica que esta ideia ganha uma proporção mais clara nos capítulos sobre a gestão democrática na Constituição Federal de 1988 e no princípio da gestão escolar democrática enfatizado na LDB, em que há uma intenção de uma construção que seja a curto prazo.

Entendemos que a gestão democrática deva primar pelo ensino de qualidade, com um olhar mais envolvente na dimensão do direito à educação e das políticas públicas.

Conforme Adrião (2001), a gestão democrática nas escolas públicas foi uma conquista da Constituição Federal e que resultou de um embate importante e intenso entre as classes políticas e visionários ideológicos. Porém, de nada havia sentido as discussões elencadas se não se pensasse a escola, já que o princípio da democracia se torna mais claro na sua forma mais simples.

[...] é no âmbito da gestão escolar que o princípio da democratização do ensino se consolida como prática concreta. Portanto, cabe entender os limites e as possibilidades da lei, menos como expressão de normas jurídicas e genéricas e mais como instrumento indutor de modificações de práticas sociais concretas, neste caso, das práticas escolares (ADRIÃO, 2001, p. 78).

Paro (2001), no entanto, lembra que a democratização das escolas não pode ficar reduzida a condição de eleição direta para diretores escolares. Para ele, é preciso se consolidar o processo de gestão democrática com a elaboração de regras que privilegiem a distribuição de poder mais transparente dentro do ambiente escolar e com um diálogo mais aberto e comprometido de todos os envolvidos no contexto educacional.

A ação do gestor escolar deve ser mais ativa, mas jamais ser considerada única na escola, já que está intimamente ligada ao estado e, conseqüentemente, distante do processo de avanço da educação.

É nesse intento que a eleição para diretores escolares tem que estar ligada à vontade de todos os atores da escola, de modo a envolver diretamente toda a comunidade escolar, para que os eleitos exerçam o cargo de diretor, com o pensamento na melhoria da qualidade da educação.

[...] deve passar necessariamente pela manifestação da vontade dos dirigidos, de modo a comprometer-se de fato com os que fazem a educação escolar e, acima de tudo, com os usuários diretos (alunos) e indiretos (pais e comunidade geral) de seus serviços (PARO, 2001, p.81).

As atuais tendências e os novos desafios trazem um enfoque ainda mais contundente do papel da gestão democrática associada aos mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiam a participação social (FERREIRA, 2000).

Essa afirmação se torna evidente na formulação das políticas públicas, no planejamento, na tomada de decisões, na definição do uso dos recursos financeiros e nos debates sobre

a necessidade de investimentos futuros, no poder do conselho deliberativo formado por membros da escola e da comunidade escolar e na aviação da escola em relação ao cesso e à permanência dos alunos, tendo como suporte a universalização do coletivo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todas as leituras e análises, é possível compreender a dimensão que tomou o Sistema Educacional Brasileiro. Não obstante isso, a escola, deixou de ser apenas formadora de profissionais para se adequar a uma dinâmica bem mais crítica, favorecendo aos indivíduos a qualidade em relação ao que aprendem e para que aprendam.

Há melhorias também em relação ao papel do gestor, que deixa de ser uma indicação política e passa a ser eleito em voto pela comunidade escolar.

É claro que mesmo ante a todas as modificações que ocorreram até agora, com todas as leis que foram criadas, é preciso mais mudanças, desenvolvendo a formação continuada dos professores, a humanização das relações no contexto escolar e a aproximação da família na vida escolar dos filhos, entre outras.

Essa garantia de democratização, entretanto, merece ser melhor estruturada, através de projetos que visem a consciência política dos envolvidos no contexto escolar. Ou seja, alunos, profissionais, pais, Secretaria de Educação e comunidade precisam estar bem sintonizados da sua responsabilidade política e cidadã, compreendendo que a escolha incoerente do diretor e a não participação no contexto escolar compromete todo o desenvolvimento da escola, e uma escolha coerente culmina na sua progressão.

As mudanças são graduais e acompanham as épocas, as pessoas, em fim, o compromisso e a legalidade em respeito ao que se pode entender como qualidade educacional.

REFERÊNCIAS

1. ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas (Orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação**: análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001.
2. BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**: para uma teoria geral da política. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
3. BRASIL, BRASÍLIA. **LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.
4. _____.CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer 022/98. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, 1998.

5. _____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei 8.069/90. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
6. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
7. FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortes, 2000.
8. MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2006.
9. MELO, Maria Teresa Leitão de. **Gestão da educação: impasse, perspectiva e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.
10. PARO, Vitor Henrique. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas (Orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, 2001.
11. RANIERI, Nina. **Autonomia Universitária**. São Paulo: Edusp, 1994.
12. _____. **Educação Superior, Direito e Estado: Na Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96)**. São Paulo: Edusp, 2000.
13. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A origem da desigualdade entre os homens**. Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, 2005.

Mundo Acadêmico

Apresentação

A revista Mundo Acadêmico publica trabalhos técnicos culturais, científicos e/ou acadêmicos, nas áreas ligadas aos cursos oferecidos de graduação, desde que atenda aos objetivos da Instituição. Admite-se, de preferência, autor pertencente à Faculdade, sem limitar, contudo, as contribuições e intercâmbios externos, julgados pelo Conselho Editorial, de valor para a Revista e, sobretudo, para a sociedade brasileira.

Normas de Publicação

Os originais entregues para publicação deverão ser assinados pelo autor e seguir as seguintes normas:

1 Texto

1.1 Os trabalhos devem ser inéditos e submetidos ao Conselho Editorial, para a avaliação e revista de pelo menos, dois de seus membros, cabendo-lhe o direito de publicá-lo ou não;

1.2 O texto deve ser apresentado em formato A4 (210x297mm);

1.3 Os trabalhos e artigos não devem ultrapassar o total de vinte laudas, em espaçamento normal; resumos de dissertação e monografia, duas laudas e resenhas e/ou relatos, não devem ultrapassar quatro laudas;

1.4 O texto deve ser entregue em CD e impresso, sendo composto no editor de texto Word for Windows, com fonte Time New Roman 12;

1.5 O trabalho deve apresentar obrigatoriamente:

- Título;
- Nome(s) do(s) autor(es)
- Breve currículo do(s) autor(es), enfocando as atividades mais condizentes com o tema trabalhado;
- Introdução;
- Corpo do trabalho;
- Resultado e/ou conclusões;
- Referências bibliográficas.

2 Referências Bibliográficas

As referências bibliográficas deverão ser listadas imediatamente após texto, em ordem alfabética, obedecendo Normas Técnicas.

3 Citações

Qualquer citação no texto deverá ter obrigatoriamente identificação completa da fonte, acrescida da (s) página (s) de onde foi retirada a citação.

Pede-se aos autores

- Seguir rigorosamente o Manual de Normas Técnicas da UNISAM, que se encontra a disposição de todos na Biblioteca e na intranet do site da Instituição;
- Linguagem condizente como produção científica, evitando abreviações, jargões e neologismos desnecessários;
- Objetividade quanto à construção do título do artigo;
- Apresentação do significado de cada sigla que conta do texto na primeira vez em que ocorre.

Considerações Finais

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e o Conselho de Editoração não se responsabilizará pelas opiniões expressadas nos artigos assinados.